

Complexidade e omissão de clíticos: o caso dos reflexos¹

João Costa e Maria Lobo

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

1. Introdução

A experiência de que damos conta neste artigo dá continuidade a estudos experimentais anteriores sobre a aquisição de clíticos no português europeu (PE), alargando o universo empírico, através da obtenção de novos dados com clíticos reflexos. O presente estudo teve como principal objectivo testar predições feitas por diferentes hipóteses explicativas para a omissão de clíticos na aquisição do PE, nomeadamente através da comparação de predições feitas pela hipótese da maturação da Restrição de Verificação Única (Wexler, Gavarró & Torrens, 2003) e pela hipótese da Complexidade (Costa & Lobo, 2006; Costa & Lobo, no prelo). Para esse efeito, foi considerada a aquisição de um tipo de clíticos que não alterna, na língua-alvo, com a construção de objecto nulo, ao contrário do que acontece com os clíticos acusativos de terceira pessoa, testados em experiência anterior (cf. Costa & Lobo, 2006). Este estudo procura contribuir, por um lado, para a obtenção de um padrão mais completo na aquisição de clíticos, de forma a que possamos compreender se a aquisição de diferentes tipos de clíticos segue um padrão homogéneo ou se, pelo contrário, existem assimetrias na aquisição de diferentes tipos de clíticos, e, por outro lado, para uma melhor caracterização das estruturas com omissão.

2. A aquisição de clíticos: estudos anteriores

2.1. Dados de outras línguas

Como é sabido (cf. Radford, 1994; e.o.), elementos que se relacionam com o domínio funcional são tipicamente omitidos no processo de aquisição da linguagem. Uma vez que a maioria das análises de clíticos considera que estes são legitimados por núcleos funcionais (cf. para o português, Madeira, 1993; Martins, 1994; Duarte & Matos, 2000; e.o.) ou até que o próprio clítico instancia um núcleo funcional (cf. Sportiche, 1996), é predizível que os clíticos sejam adquiridos tardiamente.

De facto, vários trabalhos têm mostrado que existe omissão de clíticos no processo de aquisição de algumas línguas (cf. Wexler, Gavarró and Torrens, 2003, para o catalão;

¹ Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do projecto POCI/LIN/57377/2004, financiado pela FCT-MCTES. Agradecemos aos revisores anónimos pelos comentários feitos ao artigo.

Hamman et al., 1996; Jakubowicz e Rigaut, 2000, para o francês, e Schaeffer, 1997, para o italiano). Contudo, essa omissão não parece ser universal, dado que, de acordo com o que é relatado na literatura, existem línguas em que os clíticos são adquiridos precocemente (cf. Wexler, Gavarró e Torrens, 2003, para o espanhol; Tsakali e Wexler, 2003, para o grego; Ilic & Ud Deen, 2003, para o serbo-croata; e Babyonyshev & Marin, 2005, para o romeno). Importa saber que diferenças existem entre as línguas-alvo que possam explicar os diferentes padrões de aquisição encontrados. Wexler, Gavarró & Torrens (2003), tendo em conta as propriedades das diferentes línguas, propõem que existe uma correlação entre a omissão precoce de clíticos e a existência de concordância entre o clítico e o particípio passado:

- (1) Je les avais faites
'Eu as tinha feitas'
(2) Tinha-as feito.

Em Wexler, Gavarró & Torrens (2003), observa-se que as crianças catalãs deixam de omitir clíticos a partir dos 3 anos. Assim, uma vez que esta idade coincide com a idade em que termina o estágio de infinitivos raiz, explicado em Wexler (1998) através de um princípio sujeito a maturação, a Restrição de Verificação Única (*Unique Checking Constraint – UCC*), os autores propõem que a omissão precoce de clíticos também tem origem na UCC. De acordo com esta Restrição, operativa na gramática das crianças, uma categoria só pode entrar numa única relação de verificação.

Admitindo que os clíticos acusativos terão de verificar dois traços (traço D em AgrOP e em CIP) apenas nas línguas com concordância de particípio passado, os autores explicam que só nestas línguas haja omissão de clíticos, em resultado de uma estratégia de minimização de violações.

Esta hipótese prediz que: i) os clíticos e concordância estejam em distribuição complementar; ii) só haja problemas de omissão em línguas com concordância entre clítico e particípio passado.

De acordo com a hipótese de Wexler, Gavarró & Torrens (2003), uma vez que o PE não manifesta concordância entre o clítico e o particípio passado, espera-se que as crianças portuguesas não tenham problemas na produção de clíticos:

- (3) *Tenho-as feitas.²

Contudo, o PE tem características que são desconhecidas de qualquer uma das outras línguas analisadas: i) permite, a par da construção com clítico, a construção de objecto nulo; ii) manifesta um diferente padrão de colocação de clíticos, nomeadamente a alternância entre ênclise e próclise em orações finitas.

² Esta frase só é agramatical se se tratar de um tempo composto, em que a forma participial corresponde ao verbo principal.

2.2. Estudos anteriores para o PE

Uma vez que, em PE, os clíticos acusativos podem alternar com a construção de objecto nulo, a eliciação de clíticos acusativos no português tem de controlar essa variável. Numa experiência anterior (cf. Costa & Lobo, 2006; Costa & Lobo, no prelo), foram elicitados clíticos acusativos de terceira pessoa em frases simples, e também em contextos de ilha, em que a construção de objecto nulo não é permitida na gramática adulta (cf. Raposo, 1986), de forma a controlar a existência de omissão.

Os resultados obtidos nessa experiência permitiram-nos verificar que as crianças portuguesas omitem clíticos em todos os contextos (frases simples e ilhas). Por conseguinte, concluímos que existe omissão de clítico em PE, o que não confirma a predição de Wexler, Gavarró & Torrens (2003) sobre a existência de uma correlação entre omissão precoce de clítico e concordância no participio passado.

No entanto, os resultados que obtivemos diferem dos que foram obtidos para outras línguas em que existe omissão de clíticos em dois aspectos. Em primeiro lugar, a omissão de clíticos nas crianças portuguesas prolonga-se até mais tarde. Enquanto as crianças catalãs deixam de omitir clíticos a partir dos 3 anos de idade, as crianças portuguesas de 4 anos continuam a omitir clíticos, o que aponta para a inexistência de uma correlação com o estágio de infinitivos raiz em PE, ao contrário do que acontece em outras línguas. Em segundo lugar, as taxas de omissão encontradas nas crianças portuguesas são bastante mais altas do que as que estão descritas para outras línguas. Isto sugere que a omissão de clíticos em PE tem uma natureza diferente. Em Costa & Lobo (2006, no prelo), colocámos a hipótese de a omissão "tardia" de clíticos em PE se dever a factores de complexidade do sistema. De facto, a alternância entre clítico e objecto nulo implica a especialização dos contextos de omissão ilegítima. Para além disso, a alternância entre próclise e ênclise contribui para a complexidade, o que é comprovado pela tardia estabilização da colocação dos clíticos em PE (cf. Duarte e Matos, 2000).

Perante esta hipótese, coloca-se a questão de estabelecer como definir complexidade. Em Costa & Lobo (2006), adaptámos a hipótese de Reinhart (1999), segundo a qual escolhas pós-sintáticas entre derivações convergentes exigem a computação de um conjunto de referência, gerando problemas de processamento e propusemos que as escolhas pós-sintáticas entre derivações convergentes também geram problemas na produção. A comparação de uma derivação envolvendo um clítico e de uma derivação com objecto nulo corresponderia a uma operação de interface, pós-sintática, condicionada pelo contexto discursivo. Assim, uma vez que existem contextos em que a estrutura com clítico compete com a estrutura com objecto nulo, espera-se que isso implique custos de processamento adicionais para a criança.

Esta hipótese explica que, no caso do PE, não haja efeitos de desenvolvimento, uma vez que a causa da omissão não é atribuível a um princípio maturacional, mas antes à complexidade do sistema.

2.3. Maturação ou Complexidade: a relevância dos clíticos reflexos

Para comparar a hipótese de que a omissão de clíticos se deve a factores maturacionais com a hipótese de que a omissão se deve a factores de complexidade do sistema, será necessário olhar para contextos em que as duas hipóteses façam predições distintas. Assim, neste estudo, procurámos olhar para casos em que não há competição entre clítico e objecto nulo. As construções com clíticos reflexos acusativos revelaram ser um contexto ideal para a comparação das duas hipóteses. Por um lado, as construções com clíticos acusativos reflexos são semelhantes às construções com clíticos acusativos não reflexos no que diz respeito à verificação de traços, desencadeando também concordância no participio passado em línguas como o francês e o italiano:

- (4) Jean les a lavés.
Jean os tem lavados
"Jean lavou-os"
- (5) Les enfants se sont lavés.
As crianças se são lavadas
"As crianças lavaram-se"

Por outro lado, as construções com clíticos acusativos reflexos são diferentes das construções com clíticos acusativos não reflexos no que diz respeito à comparação de derivações convergentes, uma vez que em PE os reflexos não alternam com objecto nulo:

- (6) A: E a Maria?
B: Não (a) vejo há vários meses.
- (7) A: E o João?
B: Não *(se) lava há que tempos!

Que predições fazem as duas hipóteses?

A hipótese da maturação prediz que não haja diferenças significativas entre clíticos acusativos reflexos e não reflexos, uma vez que ambos os tipos de clíticos entram em relações de verificação no domínio funcional. A hipótese da complexidade, no entanto, prediz que os níveis de produção de clíticos reflexos sejam significativamente maiores, uma vez que se trata de um contexto em que, não havendo competição entre clítico e objecto nulo, a complexidade se encontra reduzida.

3. Uma experiência de eliciação de clíticos reflexos e não reflexos

3.1. Descrição da experiência

De forma a obter resposta às questões acima enunciadas, realizámos uma experiência que tinha como objectivo comparar a produção de clíticos reflexos e não

reflexos na aquisição do PE. A metodologia seguida consistiu numa tarefa de elicitación de clíticos reflexos e não reflexos em frases simples, baseada em Schaeffer (1997). Dado que os clíticos reflexos não alternam com objecto nulo, não foram testados os contextos de ilha forte, irrelevantes neste caso.

Foram testadas 4 condições:

- a) clíticos acusativos não reflexos de 3ª pessoa do singular
- b) clíticos acusativos reflexos de 1ª pessoa do singular
- c) clíticos acusativos reflexos de 2ª pessoa do singular
- d) clíticos acusativos reflexos de 3ª pessoa do singular.

Participaram na experiência 24 crianças com idades entre os 3 e os 4 anos (média de idades 3;7), provenientes de duas IPSS da margem sul de Lisboa (Costa da Caparica e Quinta do Anjo).

Foram testados 17 itens, distribuídos da seguinte forma:

- i) 5 clíticos não reflexos (3 ênclise, 2 próclise), extraídos de Costa & Lobo (2006)
- ii) 4 clíticos reflexos de 1ª pessoa (2 ênclise, 2 próclise)
- iii) 4 clíticos reflexos de 2ª pessoa (2 ênclise, 2 próclise)
- iv) 4 clíticos reflexos de 3ª pessoa (2 ênclise, 2 próclise)

Tal como em Costa & Lobo (2006), procurou-se elicitare contextos em que o elemento a ser pronominalizado era bastante saliente do ponto de vista discursivo, favorecendo a sua omissão ou pronominalização. O contexto favorecia a produção de clíticos e não de DPs, uma vez que o objecto era conhecido e era mencionado imediatamente antes. Um dos experimentadores representava uma pequena história com bonecos. Em seguida, um fantoche, apresentado à criança como dizendo muitos disparates, dava uma continuação errada para a história. A criança era convidada a corrigir o fantoche, dizendo a resposta certa. Apresenta-se, de seguida, um exemplo de um dos testes de elicitación de clíticos não reflexos:

Exemplo de teste para a condição 1 (clíticos não reflexos)

Experimentador 1:

– Olha! Está aqui o Urso Pooh. Ele hoje encontrou o Tigre e achou que o tigre estava muito despenteado... Ah! Ele tem uma escova! Olha para o que o Pooh fez ao tigre.

Fantoche:

– Eu sei! Ele lavou o tigre!

Experimentador 1:

– Não... não lavou nada. Diz-lhe lá o que o Pooh fez ao tigre!

Resposta esperada: penteou-(o)

Para a elicitación de clíticos reflexos de 1ª e de 2ª pessoa, a tarefa era um pouco diferente. No caso dos clíticos de 1ª pessoa, era pedido à criança que fizesse uma determinada acção (por exemplo, pentear-se, limpar-se...), pedindo-lhe depois que contasse o que tinha feito ao fantoche, que estava distraído e não tinha visto nada.

Incluimos, de seguida, um exemplo de teste para a eliciação de clíticos reflexos de 1ª pessoa:

Exemplo de teste para Condição 2 (clítico reflexo de 1ª pessoa)

[situação: o tigre penteia-se]

Experimentador 1:

– Hoje há uma festa e o tigre quer ir muito bonito! Está a arranjar-se, a escolher uma roupa bonita... Olha só para o que o tigre está a fazer. Eu também vou fazer o mesmo... Olha. Faz tu também o mesmo.

[criança penteia-se]

– O fantoche é distraído e não viu nada. Diz-lhe lá o que é que fizeste.

Resposta esperada: pentei-me

Para a eliciação de clíticos de 2ª pessoa, era pedido à criança que interagisse com os bonecos, dando-lhes uma ordem. Segue-se um exemplo:

Exemplo de teste para Condição 3 (clítico reflexo de 2ª pessoa)

Experimentador:

– Está um dia muito frio.

Olha. O Pooh está a tapar-se com a manta para não ter frio. Diz ao Tigre para fazer o mesmo.

Resposta esperada: tapa-te

Para a eliciação de clíticos reflexos de 3ª pessoa, seguiu-se a mesma estratégia que na Condição 1, pedindo-se à criança que corrigisse o fantoche.

Exemplo de teste para Condição 4 (clítico reflexo de 3ª pessoa)

Experimentador:

– O tigre está despenteado. Olha o que ele fez.

[o tigre penteia-se]

Fantoche:

– Eu sei, eu sei. Ele penteou o Pooh!

Experimentador:

– Não foi nada. Diz lá o que é que ele fez.

Resposta esperada: penteou-se.

3.2. Resultados

Apresentam-se nesta secção os resultados da experiência. Por termos verificado que a variável faixa etária não era relevante, os resultados são apresentados para a totalidade das crianças testadas, não divididos por faixas etárias³.

³ Também em Costa & Lobo (2006) se verificou que em PE, ao contrário do que parece acontecer noutras línguas, não existe efeito de desenvolvimento na aquisição dos clíticos.

COMPLEXIDADE E OMISSÃO DE CLÍTICOS: O CASO DOS REFLEXOS

Obtiveram-se os seguintes resultados globais para a produção de contextos reflexos e não reflexos:

	clítico	omissão	outro ⁴
reflexos	47,4% (104/219)	41,5% (91/219)	11,1% (24/219)
não reflexos	13% (13/100)	67% (67/100)	20% (20/100)

Tabela 1: Clíticos reflexos e não reflexos – Resultados globais

Considerando a variação entre contextos de ênclise e de próclise na produção de clíticos reflexos e não reflexos, obtivemos os seguintes resultados:

		clítico	omissão	outro
reflexos	ênclise	36,1% (39/108)	44,4% (48/108)	19,4% (21/108)
	próclise	59,1% (65/110)	39,1% (43/110)	1,8% (2/110)
não reflexos	ênclise	16,4% (11/67)	71,6% (48/67)	11,9% (8/67)
	próclise	6% (2/33)	57,5% (19/33)	36,3% (12/33)

Tabela 2: Clíticos reflexos e não reflexos – variação ênclise e próclise

Considerando agora a variável pessoa nos clíticos reflexos, obtivemos os seguintes resultados:

		clítico	omissão	outro
Reflexos	1ª pessoa	46,3% (32/69)	46,3% (32/69)	7,2% (5/69)
	2ª pessoa	37,9% (22/58)	62,1% (36/58)	---
	3ª pessoa	53,9% (48/89)	25,8% (23/89)	20,2% (18/89)

Tabela 3: Clíticos reflexos – variação de pessoa

Os dados apresentados na Tabela 3 merecem alguns comentários.

Em primeiro lugar, a comparação entre 2ª e 3ª pessoas deve ser relativizada. Foram “transferidas” para 3ª pessoa respostas que tinham como alvo 2ª pessoa em que as crianças produziram clíticos de 3ª pessoa. Este facto desequilibra a relação entre clíticos e formas nulas. Para além disso, não foram contadas 3 respostas, com o formato “não se tapas-te”.

Na realidade, a aplicação do teste revelou alguns problemas na concepção da situação experimental para elicitación de clíticos de 1ª e de 2ª pessoa, que dificultaram a

⁴ Nesta categoria, estão incluídas respostas em que a criança produz um DP ou respostas que não recorrem à estrutura que se pretendia elicitación como “limpou o corpo” para “limpou-se” ou “põe a manta” para “tapa-te”.

interpretação dos dados relativamente à variável pessoa. Algumas crianças não reagiram bem ao facto de lhes ser pedido para interagir com bonecos não animados. Outras tiveram dificuldade em se adaptar, no decurso de um mesmo teste, aos diferentes tipos de tarefas que lhes eram pedidas: desempenho de uma acção; correcção do fantoche; interacção com os bonecos. Tencionamos melhorar a concepção do teste futuramente, de forma a corrigir estes problemas.

3.3. Síntese dos resultados

Os resultados apresentados acima permitem-nos fazer as seguintes observações:

- 1) Há uma diferença significativa na produção de clíticos reflexos e não-reflexos. A produção de clíticos reflexos é significativamente superior à dos clíticos não reflexos (47,4% para clíticos reflexos vs. 13 % para clíticos não reflexos).
- 2) Os resultados obtidos para clíticos não-reflexos são semelhantes aos que foram obtidos em Costa & Lobo (2006). Em ambas as experiências verificou-se uma elevada taxa de omissão (na ordem dos 70%), o que dá consistência aos resultados obtidos.
- 3) As taxas de omissão de clíticos não reflexos são bastante superiores às dos clíticos reflexos (67% para clíticos não reflexos vs. 41,5% para clíticos reflexos).
- 4) A variação entre próclise e ênclise não parece ser relevante para diferenças na produção/omissão dos dois tipos de clíticos.⁵
- 5) A variação em pessoa revelou-se difícil de interpretar por efeitos da situação experimental (ver Carmona e Silva, em prep., para novos testes).

4. Análise

Uma vez que a produção de clíticos reflexos revelou ser menos problemática do que a dos clíticos não reflexos, os resultados obtidos favorecem a interpretação da omissão de clíticos como consequência da complexidade. Recorde-se que a hipótese de que a omissão de clíticos é consequência de um princípio sujeito a maturação (UCC) prediria que não existissem diferenças significativas entre reflexos e não-reflexos, uma vez que ambos estão sujeitos a mecanismos idênticos de verificação de traços no domínio funcional. Ao contrário do que esta hipótese prediz, contudo, os resultados mostram claramente que existem diferenças entre clíticos reflexos e não reflexos.

Coloca-se, no entanto, uma questão. De acordo com a hipótese de que é a comparação de derivações convergentes que gera a complexidade, e consequente omissão de clíticos, não deveríamos encontrar omissão de clíticos reflexos, uma vez que se trata de um contexto em que a gramática adulta não permite a ocorrência de objecto

⁵ Para o desenho experimental, assumimos que a representação da variação entre próclise e ênclise é semelhante nas crianças e nos adultos, o que é, obviamente, controverso. Embora este tipo de variação possa ser um factor de complexidade, os resultados mostram que não há uma correlação entre a posição do pronome e o favorecimento da produção ou da omissão de clíticos.

nulo. Os resultados mostram, contudo, que apesar de a taxa de omissão de clíticos reflexos ser inferior à dos não reflexos, ela é ainda bastante elevada (41,5%). Como explicar este facto?

O comportamento das crianças relativamente aos clíticos reflexos lembra, em certa medida, aquilo que foi observado relativamente aos contextos de ilha. Em Costa & Lobo (2006), verificou-se que havia omissão de clíticos em contextos de ilha, mas de natureza distinta da omissão em frases simples. As crianças produziram um maior número de DPs em contextos de ilha. O aumento da produção de DPs neste contexto mostra que as crianças são sensíveis às características especiais dos contextos de ilha. Relativamente aos clíticos reflexos, podemos fazer uma constatação semelhante. O facto de as crianças omitirem menos clíticos reflexos do que não reflexos mostra que elas reconhecem o contexto reflexo como sendo distinto do não-reflexo.

Podemos colocar a hipótese de que a omissão de clíticos em PE corresponde a uma sobre-generalização do objecto nulo. A gramática das crianças ainda não identifica plenamente quais os contextos em que a construção de objecto nulo é legítima. Assim, o abandono da omissão em contextos ilegítimos na gramática adulta passará necessariamente por um conhecimento completamente estabilizado dos domínios em que clítico e objecto nulo não estão em variação livre. Embora os dados obtidos mostrem que a aquisição dos contextos ilegítimos de objecto nulo ainda não se encontra estabilizada, eles confirmam, contudo, que existe já alguma sensibilidade a estes domínios. Note-se que a taxa de omissão de reflexos é comparável à obtida em Costa & Lobo (2006) nos contextos-ilha: aproximadamente 50%.

5. Conclusões

A experiência relatada neste artigo teve como principal finalidade comparar predições feitas pela hipótese da Restrição da Verificação Única e pela hipótese da Complexidade relativamente à omissão de clíticos em PE, através da comparação de produções de crianças portuguesas com dois tipos de clíticos distintos: clíticos acusativos de 3ª pessoa não reflexos, que alternam na gramática adulta com objecto nulo, e clíticos reflexos, que não alternam com objecto nulo.

Os resultados obtidos permitiram-nos chegar a várias conclusões. Em primeiro lugar, pudemos verificar que as crianças portuguesas exibem melhor performance na produção de clíticos reflexos do que não reflexos. Em segundo lugar, a assimetria na produção de clíticos reflexos e não reflexos, bem como a omissão mais tardia de clíticos em PE apontam para que a causa da omissão de clíticos em PE seja atribuída não a uma Restrição (UCC) na gramática das crianças, sujeita a maturação, mas antes a factores de complexidade do sistema, confirmando a hipótese de Costa & Lobo (2006; no prelo).

Finalmente, os resultados obtidos possibilitam uma comparação interessante com dados de outras línguas em que estão disponíveis na gramática adulta algumas construções com omissão do objecto. De facto, em francês coloquial (cf. Zribi-Hertz, 1985; Cummins & Roberge, 2005), são possíveis diferentes tipos de omissão do objecto, o que possivelmente torna o sistema mais complexo e dificulta o processo de aquisição. Na realidade, estudos sobre a omissão de objectos por crianças francesas (cf.

Hamman *et al.*, 1996; Jakubowicz e Rigaut, 2000; Tuller, 2005) relatam que, nesta língua, a omissão pode prolongar-se até cerca dos 5 anos. Estes resultados parecem confirmar a hipótese de que a omissão de clíticos em algumas línguas, entre as quais o PE e o francês, pode dever-se à complexidade do sistema e não a um princípio sujeito a maturação (cf. Grueter, 2006).

Referências

- Babyonyshev, Maria & Stefania Marin (2005). The Acquisition of Object Clitic Constructions in Romanian. In *Theoretical and Experimental Approaches to Romance Linguistics*, Gess, Randall S. e Edward J. Rubin (eds.), pp. 21–40.
- Carmona, Jaqueline & Carolina Silva (em preparação), ms, Universidade Nova de Lisboa.
- Costa, João & Maria Lobo (2006) A aquisição de clíticos em PE: omissão de clíticos ou objecto nulo?. In *XXI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Textos seleccionados*. Lisboa: APL, pp. 285-293.
- Costa, João & Maria Lobo (no prelo) Clitic omission, null objects or both in the acquisition of European Portuguese?. In *Selected Proceedings from Going Romance 2005*.
- Cummins, S. e Y. Roberge (2005) A Modular Account of Null Objects in French. *Syntax* 8.1, pp. 44-64.
- Duarte, I. & G. Matos (2000) Romance Clitics and the Minimalist Program. In Costa, J. (org.) *Portuguese Syntax. New Comparative Studies*. Oxford: Oxford University Press, pp. 116-142.
- Grueter, Theres (2006) *Object Clitics and Null Objects*. Diss. Doutoramento. McGill University.
- Hamman, C. *et al.* (1996). On the acquisition of subject and object clitics in French. In H. Clahsen (ed.) *Generative perspectives on language acquisition*. Amsterdam: Benjamins, pp. 309-333.
- Ilic, T. & K. Ud Deen (2003) Object Raising and Cliticization in Serbo-Croatian Child Language. In van Kampen, A. & S. Baauw (eds). *The proceedings to the GALA Conference*. LOT: Utrecht, pp. 235-243.
- Jakubowicz, C. & C. Rigaut (2000) L'acquisition des clitiques nominatifs et des clitiques objets en français. *Canadian Journal of Linguistics* 45(1/2), pp. 119-157.
- Madeira, Ana (1993) Clitic-second in European Portuguese. *Probus* 5, pp. 155-174.
- Martins, Ana Maria (1994) Enclisis, VP-deletion and the Nature of Sigma. *Probus* 6, pp. 173-205.
- Radford, A. (1994) The syntax of questions in child English. *Journal of Child Language* 21, pp. 211-236.
- Raposo, E. P. (1986) On the Null Object Construction in European Portuguese. In Jaeggli e Silva-Corvalán (orgs.) *Studies in Romance Linguistics*. Dordrecht: Foris, pp. 373-390.
- Reinhart, T. (1999) The Processing Cost of Reference-Set Computation: Guess Patterns in Acquisition.
- Schaeffer, J. (1997) *Direct object scrambling in Dutch and Italian child language*, UCLA Dissertations in Linguistics, 17.
- Sportiche, D. (1996) Clitic Constructions. In J. Rooryck e L. Zaring (eds.) *Phrase Structure and the Lexicon*. Dordrecht: Kluwer, pp. 213-276.
- Tsakali, V. & K. Wexler (2003) Why children omit clitics in some languages but not in others: new evidence from Greek.

COMPLEXIDADE E OMISSÃO DE CLÍTICOS: O CASO DOS REFLEXOS

- Tuller, L. (2005) Comunicação apresentada na Conferência EUCLDIS, Royaumont.
- Wexler, Kenneth (1998) Very early parameter setting and the unique checking constraint: a new explanation of the optional infinitive stage. *Lingua* 106, pp. 23-79.
- Wexler, K., A. Gavarró and V. Torrens (2003) Feature checking and object clitic omission in child Catalan and Spanish. In R. Bok-Bennema, B. Hollebrandse and B. Kampers-Manhe (eds.) Selected Papers from *Going Romance* 2002.
- Zribi-Hertz, A. (1985) L'ellipse zeugmatique et le principe de récupérabilité. *Linguisticae Investigationes*, IX, pp. 131-165.